



<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead>

INSS: 00000000

Como a Educação a Distância se fez presente nas políticas públicas educacionais brasileiras no Governo Lula

Autor 1¹: Márcia Gorett Ribeiro Grossi

Autor 2²: José Wilson da Costa

Autor 2³: Sabrina Ferreira Aguiar

Resumo: O Brasil é um país com alto índice de desigualdade, que para ser diminuído são necessárias políticas públicas que objetivam aumentar a escolaridade da população, melhorar o crescimento econômico, investir em programas sociais e como consequência melhorar a distribuição de renda da população. Assim, neste artigo foram pesquisados os programas e projetos que integram as políticas públicas educacionais durante o Governo Lula e, por ser Educação a Distância (EaD) uma modalidade de ensino com um forte caráter democratizador, também foram identificados dentre deste quais oferecem suporte e realizam a EaD e como esses projetos podem contribuir para elevar o nível de escolarização da população e contribuir com a diminuição da desigualdade social. Verificou-se que durante o Governo Lula houve um despertar para o uso dos recursos da EaD como caminho para democratizar o acesso ao ensino, mostrando uma preocupação com a população pobre que não teve acesso ao ensino tradicional.

Palavras-chave: Educação a Distância; Políticas públicas; desigualdade social.

¹ marciagrossi@terra.com.br. Doutora em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Tecnologia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Engenharia Eletricista pela PUC Minas. Atualmente é diretora administrativa financeira da Fundação de Apoio à Educação de Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais e sub coordenadora do Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG. Participa do grupo de pesquisa AVACefet. Pesquisas nas áreas: novas tecnologias, educação, políticas educacionais e educação a distância.

² jwcosta01@gmail.com. Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e professor Adjunto III da PUC Minas. Tem experiência na área de Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Informática na Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: programação de computadores, ambientes de aprendizagem, software educativo, ensino/aprendizagem, educação e ambientes virtuais, educação a distância.

³ Sabrina@fundacaocefetminas.org.br. Mestrando em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Graduada em Matemática - Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo. Atualmente Trabalha na Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de MG – Fundação Cefetminas.



1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com um alto índice de desigualdade (medida pelo coeficiente Gini que vai de zero, que significa o mínimo de desigualdade, a um, que é o máximo). A desigualdade se apresenta de várias maneiras, na área social, na distribuição de renda e na escolaridade, sendo que todas estas estão fortemente interligadas, pois não se pode esperar igualdade de renda em um país onde a taxa de analfabetismo é alta e apresenta muitos problemas sociais.

De acordo com o Comitê de Oxford de Combate à Fome (OXFAM)⁴ o Brasil ocupava, em 2011, a 2ª posição de país com a maior desigualdade do G-20 (grupo dos países em desenvolvimento), ficando atrás apenas da África do Sul. Outro dado apontado por este comitê é que os países mais desiguais do G-20 são economias emergentes, como o Brasil, África do Sul, México, Rússia, Argentina, China e Turquia.

Para conseguir diminuir estes índices é necessário o ataque em diferentes frentes, principalmente o analfabetismo. Portanto, é fundamental o investimento na área da educação, por meio de políticas públicas que proporcionem aos cidadãos não apenas o ingresso nas escolas, bem como sua permanência.

Nesta pesquisa destacou como uma das possíveis soluções para a redução da desigualdade, o incentivo à Educação a Distância (EaD), por ser esta uma modalidade de ensino que possui um caráter democratizador do saber e do conhecimento quando apoiada por políticas públicas criadas com a finalidade de proporcionar meios adequados para que as pessoas menos favorecidas possam participar e terem acesso à educação, pois como a EaD requer recursos tecnológicos que não estão ao alcance das pessoas menos favorecidas economicamente.

⁴ Fonte: <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp157-left-behind-by-the-g20-190112-pt.pdf>. Acesso em 05 jan.2012

A Educação a Distância é definida por Moran (2002) como processo de ensino/aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, sendo a internet atualmente a principal. Mas também podem ser utilizados os correios, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax dentre outras.

Essa modalidade de ensino está cada vez mais presente, principalmente devido as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), o que pode ser confirmado quando em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) normatiza a EaD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino, daí a importância das políticas públicas brasileiras lançarem um olhar sobre a EaD.

Assim, o olhar político sobre as redes permite refletir como a internet pode contribuir para o acesso à informação, a geração do conhecimento e a formação da cidadania, questões que estão profundamente relacionadas à educação, segundo Pinheiro (2005). Neste sentido percebe-se que o governo está começando a despertar para o uso das TIC's, principalmente a internet, nos processos educacionais.

É nesta perspectiva que apresenta-se o tema desta pesquisa que investigou como a Educação a Distância se fez presente nas políticas públicas educacionais brasileiras.

2. OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa foi levantar os principais projetos que integram as políticas públicas brasileiras educacionais durante o governo Lula, identificando quais projetos que dão suporte para a realização de cursos à distância e os que oferecem a educação à distância propriamente dita, bem como o levantamento das principais características desses projetos que estão relacionados diretamente com a EaD.

3. RELAÇÃO RENDA DE DESIGUALDADE, TAXA DE ANALFABETISMO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS

O Brasil é um país desigual como pode ser observado pelo coeficiente Gini que é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912, sendo representado por um índice que varia de zero a um, o zero significa o mínimo de desigualdade e o um é o máximo de igualdade.

De acordo com o quadro 1 a seguir, cujos dados foram levantados a partir de informações do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pode se observar como a desigualdade vem evoluindo no Brasil nos últimos 20 anos. Percebe-se que ao longo das duas últimas décadas, o coeficiente Gini vem diminuindo lentamente, que já são 8 anos de queda contínua, de 2002 a 2010. Em 2007 o relatório de Desenvolvimento Humano produzido pelo Programa das Nações Unidas (Pnud), colocou o Brasil entre o grupo dos doze países mais desiguais do mundo, com o índice Gini igual a 0,57 e em 2011 este índice diminuiu para 0,515.

Mesmo diminuindo, a desigualdade brasileira continua sendo considerada uma das piores da América Latina, ficando longe dos países como Costa Rica, Argentina, Venezuela e Uruguai, que possuem o Gini inferior a 0,49. E mesmo estando nas últimas colocações, o Brasil é mencionado na pesquisa realizada em 2011 pela OXFAM como um dos países onde o combate à pobreza foi mais eficaz nos últimos anos. Mas ainda com muitos problemas a serem resolvidos, principalmente nas áreas social e educacional.

Outra análise feita a partir do quadro 1, foi que durante o Governo FHC (1995-2003) o coeficiente Gini ficou praticamente estagnado em 0,60, que pode ser justificado por ter sido este governo marcado pela política neoliberal, que gerou com suas políticas uma redistribuição regressiva da riqueza, tendo como resultado o desemprego e a alta desigualdade de renda no país. Para Gentili

(2006), o que diminuiu com as políticas neoliberais foi o investimento público em áreas fundamentais, como da saúde, educação e segurança social.

Foi no Governo Lula que o coeficiente Gini apresentou uma diminuição, e apresenta uma tendência de queda, embora o menor índice verificado neste governo (0,53) representa uma péssima distribuição de renda e longe de alcançar o índice dos países desenvolvidos (abaixo de 0,3).

A diminuição do Gini a partir de 2003 foi consequência da implementação de programas sociais implementados como, por exemplo, o Bolsa família (programa de transferência de renda com condicionalidades) e os Programas de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC'S) 1 e 2, bem como uma série de programas educacionais, o que indica a relação direta que existe entre a renda de desigualdade da população com a educação.

Já no primeiro mandato deste governo percebe-se a houve um incentivo na área da educação, principalmente no que se refere á ampliação do número de vagas em instituições públicas e ao acesso dos cidadãos cursos de graduação através de ações como o programa Universidade para todos (PROUNI) e o Sistema de universidade Aberta do Brasil.

Outra ação implementada no Governo Lula foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que apresentou ações para diversas áreas dentro da educação, tais como: avaliação, valorização dos docentes, administração, ensino profissionalizante e superior, alfabetização de jovens e adultos e verbas e custos, sendo possível diminuir a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais, caindo 1,8% no período deste governo, de acordo com dados do quadro 1.

Assim, pode-se notar que a educação brasileira tem apresentado melhorias, mas ainda precisa de mais incentivo para torna-se satisfatória e, que existe uma forte relação entre a renda de desigualdade da população com a educação e as ações políticas de um governo.

Quadro 1: Relação Renda de desigualdade, taxa de analfabetismo e Governos (continua)

Anos	Governo	Renda de desigualdade Coeficiente Gini	Taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) (%)
1990	José Sarney	0,61	20,1
1991	Fernando Collor	0,58	19,0
1992	Fernando Collor	0,58	17,2
1993	Itamar Franco	0,58	16,4
1994	Itamar Franco	0,58	16,8
1995	FHC	0,60	15,97
1996	FHC	0,60	14,7
1997	FHC	0,60	14,7
1998	FHC	0,60	13,8
1999	FHC	0,60	13,6
2000	FHC	0,60	13,4
2001	FHC	0,60	12,4
2002	FHC	0,59	11,8
2003	Lula	0,58	11,6
2004	Lula	0,57	11,5
2005	Lula	0,57	10,5
2006	Lula	0,56	10,5
2007	Lula	0,56	10,1
2008	Lula	0,55	10,0
2009	Lula	0,54	9,7
2010	Lula	0,53	9,6

Fonte: Elaborado pelos autores desta pesquisa

Desta maneira, é fundamental os governos apresentarem soluções, sob a forma de políticas públicas, para diminuir esses níveis tão perversos de desigualdade, que representam uma barreira ao crescimento econômico de um país. Uma vez que as políticas públicas são responsáveis pela estabilidade econômica, minimizando a pobreza e evitando a exclusão social, estando esta na sua essência, ligadas fortemente ao Estado, pois é este quem determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos (SOUZA, 2006).

Dentre várias ações do Governo Lula (2003-2010), destacou se o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC), lançado em 2007, onde estavam incluídos diversos programas de políticas econômicas e que previa um investimento de R\$503,9 bilhões, tendo como objetivo o crescimento econômico. Este programa apresentava com projetos nas áreas da infra-estrutura, como rodovias e portos; infra-estrutura social como habitação; saneamento e transporte. A meta era fazer com que o Produto Interno Bruto (PIB) crescesse em torno de 5% ao ano ⁵. Este foi o chamado PAC1 que só

⁵ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em: 25 out.2011.

concluiu pouco mais de um terço de suas obras e, em 2010 é lançado o PAC2 com novos investimentos e muitas críticas, principalmente por não ter concluído o primeiro.

Embora a área da Educação não estivesse contemplada diretamente nestes dois programas, acreditava-se que as ações voltadas ao crescimento do país deveriam atingir esta área indiretamente. Mas isso não foi suficiente para o Brasil atingisse os níveis educacionais desejados, sendo necessários investimentos diretos nesta área, pois não se consegue alcançar o crescimento econômico sem investimento em educação.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS NO GOVERNO LULA

Nesta pesquisa o entendimento escolhido de políticas públicas foi o definido por Gobert e Muller (1987) e trazido por Hofling (2001) no qual as Políticas públicas são entendidas como o Estado em ação, é Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Portanto um programa é um desdobramento de uma política e o projeto uma unidade menor de ação.

Assim, em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola)⁶ voltado para o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática e inclusiva, auxiliando a escola, por meio de uma ferramenta de planejamento estratégico, disponível no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC)⁷, a identificar os seus principais desafios e, a partir daí, desenvolver e implementar ações que melhorem os seus resultados, oferecendo apoio técnico e financeiro para isso, sendo a metodologia de planejamento do PDE Escola é baseada em 3 etapas: Diagnóstico da Escola; Síntese do Diagnóstico da Escola e o Plano de Ação da Escola.

⁶ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em 10 jan. 2012.

⁷ Fonte: <http://simec.mec.gov.br/>. Acesso em 10 jan.2012

Para a escola ser contemplada deve elaborar o Plano com a participação da comunidade escolar e enviar a Secretaria por meio da ferramenta SIMEC, que se aprovado é enviado ao Ministério da Educação (MEC) para validação do MEC que, após análise, solicita o pagamento dos recursos para o FNDE. Após o recebimento dos recursos, a escola e sua respectiva secretaria executarem, monitorarem e avaliarem o plano. Em 2011, o PDE Escola atendeu 19.095 escolas públicas municipais e estaduais em todo território brasileiro.

Além do PDE, outros programas educacionais foram criados no Governo Lula. A seguir estão apresentados os principais. Para fazer este levantamento foram consultados os sites dos Ministérios da Educação, da Cultura, da Pesca e Agricultura, durante os anos de 2010 e 2011:

- Escola de Todos: projeto que tem a proposta de abrir as escolas nos finais de semana como o objetivo de estimular à cultura de paz, a cidadania, a solidariedade, a participação popular, a troca de conhecimentos, promovendo a democratização dos espaços e aproxima a comunidade.
- Bolsa Família: programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, integra a estratégia Fome Zero.
- PROEJA: programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos que abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos.
- PROJOVEM: política nacional integrada, com programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro, que tem os objetivos de criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades.
- Escola de Fábrica: projeto de iniciação profissional para jovens de baixa renda, utilizando o apoio de empresas preocupadas em aliar responsabilidade social e formação de trabalhadores qualificados à criação de um ambiente escolar no próprio ambiente da empresa.

- TEC NEP: programa que visa à inserção das pessoas com necessidades educacionais específicas nos cursos de formação inicial e continuada, de nível técnico e tecnológico nas Instituições Federais de Educação Tecnológica.
- Mulheres Mil: programa que objetiva a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte, para que elas criem as pontes para incrementar o seu potencial produtivo, promover a melhoria das condições de suas vidas, das suas famílias e de suas comunidades e do seu crescimento econômico sustentável.
- Brasil Profissionalizado: programa de incentivo e expansão de matrículas no ensino médio integrado nas redes públicas estaduais. A meta é investir na construção, ampliação ou reforma de escolas públicas de ensino médio e profissional, na aquisição de mobiliário, equipamentos e laboratórios e na formação de professores na área de ciências.
- e- Tec Brasil - Escola Técnica Aberta do Brasil: ação do Plano de Desenvolvimento da Educação, que tem o objetivo de promover a democratização do acesso ao ensino técnico público, através da modalidade de educação à distância, visando levar cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras.
- REUNI: programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, tem o objetivo à criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.
- ProUNi: programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

- ProInfo: promove o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio, cujas estratégias de implementação constam do documento Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação. O Programa é desenvolvido pela Secretaria de Educação à Distância (SEED) do MEC. O objetivo é introduzir as TIC's nas escolas públicas de ensino médio e fundamental, além de articular os esforços e as ações desenvolvidas no setor sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE).
- Telecurso 2000: programa educacional supletivo à distância dirigido a jovens e adultos que pretendem cursar o ensino fundamental e o ensino médio, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho.
- Cultura Digital: programa do Ministério da Cultura para estimular o uso de software livre, bem como ações de inclusão digital e a ampliação da circulação de informação e criação. Tem a forma de debate, e no site desse Ministério está disponível um espaço para debates.
- Telecomunidade: programa do Ministério das Comunicações com o objetivo de se tornar um instrumento na preparação da sociedade para a era digital, promovendo a conexão entre áreas remotas e fronteiras de interesse estratégico e propicia, em particular, o acesso de portadores de deficiência física às novas tecnologias.
- Telecentros comunitários: projeto que viabiliza a propagação dos recursos informacionais permitindo que um maior número de excluídos digitais comece a participar da rede, nos de pontos de acesso público.
- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST): projeto que teve o objetivo de alavancar a inclusão digital e o acesso universal à internet no país, através de projetos de instalação de redes em escolas públicas, nas unidades de saúde, em

bibliotecas e centros comunitários, bem como viabilizar a ampliação da infra-estrutura tecnológica em telecomunicações.

- Tecendo o Saber: projeto lançado pelas Fundações Vale do Rio Doce e Roberto Marinho, com o apoio do MEC, visando oferecer educação a jovens e adultos saídos da fase de alfabetização e para continuar seus estudos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental.
- Rede Certific: é um programa onde os institutos federais atuam como "centros certificadores de saberes não formais". Através da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada, o trabalhador poderá procurar um instituto para fazer exames de avaliação de competências. Políticas de Formação Humana na Área de Pesca: tem o objetivo de formar pessoal especializado em pesca, realizado com o MEC e o Ministério da Pesca e Aquicultura. Desenvolve estudos que possam fomentar as políticas da área e ofertar cursos de formação inicial e continuada para pescadores artesanais e aquicultores familiares nas escolas federais.
- Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (Renapi): projeto que tem como objetivo promover o desenvolvimento de tecnologias digitais prioritariamente na área de educação.
- DVD Escola: são ações no formato de material didático, com o objetivo de proporcionar a atualização tecnológica e democrática da TV Escola.
- Programa Banda larga nas escolas(PBLE): tem o objetivo de conectar todas as escolas públicas urbanas á Internet.
- Programa Universidade aberta do Brasil (UAB): tem o objetivo de reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância.
- Programa Portal do Professor: programa que apóia os processos de formação dos professores brasileiros e enriquecer sua prática pedagógica.

- Programa um computador por aluno (PROUCA): tem o objetivo de adquirir computadores portáteis para uso das redes públicas da educação básica.

Também foi pesquisado o SISTEC, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, que disponibiliza informações sobre cursos técnicos de nível médio, respectivas escolas e alunos desse nível de ensino.

Com isso pode-se perceber que existem muitos projetos e programas voltados para a Educação, nesta pesquisa foram levantados 27, dessas 16 são programas, 6 projetos, 3 ações e apenas 2 políticas pública, que este têm contribuído para a expansão educacional e conforme Barros, Franco e Mendonça (2007b) explicam que qualquer expansão educacional contribui para a queda na desigualdade em renda do trabalhador e conseqüentemente em renda per capita, diminuindo o índice de desigualdade.

5. ANÁLISE DOS PROJETOS COM FOCO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

No Brasil, a EaD aparece por volta de 1904, mas o marco cronológico da normatização é 1996, com a regulamentação política na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que pela primeira vez normatiza a EaD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 20 de dezembro de 2005 e com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004.

Com foco nesta modalidade de ensino, a segunda parte desta pesquisa foi a análise dos projetos levantados no item 3, com o objetivo de verificar quais estão relacionados com a EaD. Já na terceira etapa foi realizada a análise das principais características dos projetos e programas que estão relacionadas diretamente com a EaD.

Assim, foi observado que alguns projetos e programas como: Escola de Todos, Bolsa Família, PROJOVEM, Escola de Fábrica, Programas TEC NEP, mulheres Mil, REUNI, ProUNI, Rede Certic, Renapi, Programa Portal do Professor e as políticas de formação humana na área de pesca, não possuem relação direta com a EaD.

Outros projetos e programas oferecem suporte para a realização de cursos à distância, embora não têm esse objetivo explícito, como o Programa um Computador por aluno (PROUCA), DVD Escola, Programa Banda larga nas Escolas (PBLE), FUST, os Telecentros, o sistema SISTEC (no sentido de disponibilização de informações sobre a educação Profissional e Tecnológica) e o ProInfo, onde este último que tem o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, que leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais, não oferece a EaD diretamente, mas proporcionam às escolas à viabilidade de oferecerem cursos à distância, e é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED).

O programa Brasil profissionalizado também viabiliza a realização de cursos à distância, uma vez que visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, repassando recursos do Governo Federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Os projetos e programas que estão diretamente relacionados com a EaD estão apresentados no Quadro 2, juntamente com suas principais características.

Quadro 2: Principais características dos projetos e programas que oferecem a EaD (continua)

PROJETO/ PROGRAMAS	CURSOS OFERECIDOS	PÚBLICO ALVO	MODALIDADE DE OFERTA	MEDIAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	SUPORTE METODOLÓGICO
PROEJA	* Curso técnico integrado (ou concomitante) ao ensino médio- modalidade de EJA. - Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada (ou concomitante) ao ensino fundamental na modalidade de EJA. * Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada (ou concomitante) médio na	Alunos com idade acima de 18 anos, com Ensino Fundamental completo ou equivalentes, que não tiveram acesso à educação nas faixas etárias denominadas regulares.	*Presencial *semi-presencial	* Metodologia do curso técnico presencial referente a instituição que esta ofertando o curso. *Uso dos meios tecnológicos de informação e comunicação para os cursos a distância.	*Aulas presenciais em sala de aulas e laboratórios. *Ambiente Virtual de Aprendizagem

modalidade de EJA.					
e- Tec Brasil	Cursos técnicos de nível médio concomitantes ou subseqüentes	Jovens que habitam a periferia das grandes cidades brasileiras e formação de jovens e adultos para desenvolviment o de arranjos produtivos, sociais e culturais locais	Semi-presencial	*Ensino virtual complementado com as atividades presenciais desenvolvidas nos pólos regionais.	*Ambiente virtual de aprendizagem. *Laboratórios móveis. *Nos pólos: infraestrutura de sistemas tecnológicos de comunicação, laboratórios didáticos equipados, biblioteca e salas de estudo.
Telecurso 2000	Ensino fundamental (5ª a 8ª série), o ensino médio e os cursos Profissionalizantes.	Jovens e adultos que não tiveram acesso à educação nas faixas etárias denominadas regulares	*Á distância *Presencial	*Aulas pela televisão, leitura dos textos do Livro do Aluno e exercícios do Livro de Atividades. * Aulas em uma sala de aula presencial.	*Livros e vídeos. O material é usado em tele-salas, que funcionam em escolas, empresas, sindicatos, associações comunitárias, etc.
Cultura Digital	Não é um curso, mas fóruns de debates.	Toda a sociedade	Virtual	*Tem a forma de debate. No <i>site</i> do Ministério da Cultura está disponível um espaço para debates.	*Ambiente Virtual de Aprendizagem, com Fóruns de discussão virtual
Tecendo o Saber	* 1ª etapa do ensino fundamental (as quatro primeiras séries, com duração de 12 meses (4 módulos).	*Todas as pessoas acima dos 15 anos que tenham concluído algum programa de alfabetização	*Á distância * Presencial	*A metodologia pautada na teoria de Paulo Freire e parte do saber que o aluno já possui. Os temas tratados são as grandes questões da atualidade.	Livros e vídeos. O material audiovisual é usado em tele-salas, que funcionam em escolas, empresas, sindicatos, associações comunitárias.
Universidade Aberta do Brasil (UAB)	*931 cursos superiores oferecidos pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) presentes em todas regiões brasileiras	* O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.	* Á distância	* O Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais. * A articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos pólos de apoio presencial. *Metodologias respaldadas em TIC's	* atividades em duas modalidades obrigatórias: não presencial e presencial *Ambiente virtual de aprendizagem

Fonte: Elaborado pelos autores desta pesquisa

Estes projetos e programas objetivam a ampliação da EaD e a incorporação das TIC's a todos os níveis e modalidades de educação, o que indica que o governo começou a despertar para o uso dos recursos da EaD para democratizar o acesso ao ensino, mostrando uma preocupação com a população pobre, principalmente maiores que 18 anos, que não teve este acesso no ensino tradicional. Assim, elevando o nível de escolaridade e oferecendo formação profissional e, como consequência preparando esta população para ingressar no mercado de trabalho e melhorando sua renda, diminuindo a desigualdade social. Além disso, e somando a isso, percebeu-se que no Governo Lula houve também um incentivo á formação e qualificação dos professores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Filmer e Prichett (1998) apud Tavares e Pazello (2006) argumentam que o principal problema educacional no Brasil é o de manter os pobres na escola. Os principais motivos que contribuem com a evasão escolar são: situação econômica familiar; falta de vagas nas escolas; gravidez precoce; distância da escola; problemas de relacionamento entre professores e alunos; falta de interesse e de incentivo dos pais e da própria escola. Isso promove dois efeitos: o nível de renda auferido por esses indivíduos será menor do que se tivessem estudado mais e, portanto, eles continuarão pobres.

Autores como Bencini e Minani (2006) e Bobbio (2000), creditam que a educação pode quebrar o ciclo da pobreza, que a riqueza de um país depende, dentre outros fatores, de sua produtividade da capacitação de sua mão de obra, portanto de pessoas instruídas, ou seja, o país precisa ter uma taxa de escolaridade alta.

Nesta pesquisa foram apresentados vários projetos e programas implementados no Governo Lula que buscaram (e buscam, pois estes continuam no Governo Dilma) soluções para a redução da desigualdade. Aqui foram focados os projetos e programas relacionados com a EaD, por ser esta uma modalidade de educação que pode vir a ser um fator de democratização da

educação, se forem oferecidos os meios adequados para que as pessoas menos favorecidas possam participar e terem acesso aos cursos ofertados a distância.

Pode-se perceber que a Educação a Distância vem crescendo e fazendo parte cada vez mais dos projetos que integram os programas educacionais brasileiros, como por exemplo, na rede pública de ensino, nos cursos à distância de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Pelo projeto e-Tec Brasil, onde se observa o objetivo da Secretaria de Ciência e Tecnologia de consolidar a Educação a Distância como uma modalidade educacional de excelência no sentido que viabilizam o acesso de pessoas que dificilmente poderiam sair de suas cidades para participar de um curso técnico, tendo apoio didático nos pólos, por meio dos suportes metodológicos indicados no quadro 2 desta pesquisa. E a ampliação de vagas no ensino superior com a Universidade Aberta do Brasil.

Embora o advento das TIC's tem trazido novas perspectivas para a educação à distância (o que pode ser percebido no quadro 2 em relação ao suporte metodológico) as ações indutoras por parte do governo através de políticas públicas é o que pode viabilizar a real consolidação dessa modalidade de ensino no Brasil.

A mobilização, articulação e ações desencadeadas por governos, escolas e professores, para a implementação das tecnologias na educação evidenciam que os processos de transformação das práticas pedagógicas não dependem apenas das potencialidades das TIC. São dependentes de vontade e ação política, como afirma Bonilla (2005). Pela importância desses projetos e programas surge a necessidade de transformá-los em políticas públicas consolidadas, evitando a descontinuidade, característica marcante na história na educação brasileira e, garantindo que o coeficiente Gini continue diminuindo como se mostra nos últimos anos.

As the Distance Education had been present in the Brazilian educational policies in the Lula Government

Abstract. Brazil is a country with high index of inequality that for reduce is necessary public policies that aim to enhance the education of the population, improving economic growth, investing in social programs and consequently improve the income distribution of the population. So in this article were researched programs and projects that integrate public educational policies during the Lula government, and being Distance Education (DE) a mode of education with a strong element of democratization, were also identified from this, the which support distance education and how these projects can help to raise the level of schooling of the population and contribute to the reduction of social inequality. It was found that during the Lula government happened an awakening to the use of distance learning resources as a way to democratize access to education, showing a concern for the poor who had no access to traditional education.

Keywords: Distance Education, Public policies, social inequality.

Referências Bibliográficas

BARROS, R.O. de; CARVALHO, M.;FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda da desigualdade de renda brasileira. IN: BARROS, R.O. de; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Org). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007. cap.16, v.2.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. A educação tecnológica - conceitos, características e perspectivas. **Tecnologia & Educação**. Coletânea Educação e Tecnologia: publicação do programa de Pós-Graduação em Tecnologia-PPGTEI-CEFET-PR. Curitiba, CEFET-PR, 1998.

BENCINI, Roberta, MINAMI, Thiago. **O desafio da qualidade**. Revista Nova Escola, n. 196, out. 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0196/aberto/mt_169932.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2008.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política a as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola Aprendente**: para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

FILMER, D., PRICHETT, L. **What Education Production Functions Really Show**: a positive theory of education spending. Policy Research Working Paper, n. 1795, World Bank. Washington D. C.: 1998.

ENTILI, Pablo. **Na América latina o neoliberalismo mostrou de forma evidente as perversidades do seu projeto**. Disponível em: <<http://apagina.pt/arquivo.asp?ID=4382?>> Acesso em: 20 ago. 2011.

HOFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos CEDES. v.21, no 55, Campinas: Ed.Unicamp, nov.2001.

MORAN, Jose Manuel. **Novos caminhos do ensino a distância**. CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI: Rio de Janeiro, 2002.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Educação da sensibilidade, informação em arte e tecnologias para inclusão social**. V.1, no 1, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/16/29>. Acesso em 28 mar. 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, Jun/dez 2006, p. 20-45

TAVARES, Priscilla Albuquerque, PAZELLO, Elaine Toldo. **Uma avaliação do Programa Bolsa Escola Federal**: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_658.pdf>.
Acesso em: 20 dez. 2010.